

PARA SAIR DA CANOA: A QUESTÃO DA TEORIA/ A TEORIA EM QUESTÃO

TO GET OUT OF THE CANOE: THE QUESTION OF THEORY/
THE THEORY IN QUESTION

Nabil Araújo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

nabil.araujo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6352-2437>

*Tomar partido no debate teoria x não teoria
não é embarcar para o inferno ou para o paraíso
mas numa canoa furada.*

Ana Cristina Cesar, “Os professores contra a parede” (1975)

*Saí pra pescar de canoa
Cochilei sem querer
E o rio me levou sem eu ver
E no alto mar me largou
E a canoa velha deixou
Muita água minar
E eu nunca aprendi a nadar
Será que essa água é molhada?
A canoa furada
Já tá perto de afundar*

Siba Veloso, “Canoa furada”, *Avante* (2012)

ABSTRACT

In a text entitled “Luiz Costa Lima and the theory of the novel (Return to Poetics)” (2020), we critically analyze the theorization of novel in the work of the Brazilian theorist as part of his broader theorization about mimesis and the control of the imaginary. Costa Lima’s response came two years later, with the title “The question of theory” (2022). In this text, we present a rejoinder, with a view less to the theorization of novel than to the so-called “question of theory”, something that Costa Lima names with a view to a debate he led half a century ago regarding the place and function of theory of literature in literary studies in Brazil.

Keywords: Theory of literature, the question of theory, the Structuralism debate, literary criticism, Luiz Costa Lima

RESUMO

Em texto intitulado “Luiz Costa Lima e a teoria do romance (Retorno à Poética)” (2020), analisamos criticamente a teorização do romance na obra do teórico brasileiro como parte de sua mais ampla teorização sobre a mimesis e o controle do imaginário. A resposta de Costa Lima surgiu dois anos mais tarde, com o título de “A questão da teoria” (2022). Neste texto, apresentamos uma tréplica, com vistas menos à teorização do romance do que à chamada “questão da teoria”, algo que Costa Lima nomeia com vistas a um debate por ele protagonizado há meio século a propósito do lugar e da função da teoria da literatura nos estudos literários no Brasil.

Palavras-chave: Teoria da literatura, questão da teoria, debate do estruturalismo, crítica literária, Luiz Costa Lima

1

Em texto intitulado “Luiz Costa Lima e a teoria do romance (Retorno à Poética)” (Araújo, 2020), analisei criticamente a teorização costalimiana do romance como parte da mais ampla teorização do autor sobre a mimesis e o controle do imaginário. Uma resposta de Costa

Lima surgiu dois anos mais tarde, com o título de “A questão da teoria” (Costa Lima, 2022).

Apresento, aqui, uma tréplica, com vistas menos à teorização do romance do que à chamada “questão da teoria”, algo que Costa Lima então nomeia com vistas a um debate por ele protagonizado em 1975, há quase meio século portanto, nas páginas do icônico jornal *Opinião* (Rio de Janeiro, 1972-1977), a propósito do lugar e da função da teoria da literatura nos estudos literários no Brasil.

Na medida, inclusive, em que, em sua réplica, o autor alinha o meu posicionamento no artigo de 2020 ao de seus oponentes no referido debate – a título de uma longa duração da “questão da teoria” nos estudos literários no Brasil –, agrada-me escrever esta tréplica como se se tratasse de, retrospectivamente, tomar parte na célebre polêmica “do estruturalismo” ou “da teoria” que arrebatou o meio literário carioca na segunda metade dos anos de 1970 (Süssekind, 1985; Souza, 1993; 2002; Moriconi, 1996), ao modo de um deliberado exercício borgiano de criação de precursores, pelo qual, em se modificando certa concepção do passado, pudéssemos, a um só tempo, projetar certa configuração de futuro.

2

Em sua réplica, Luiz Costa Lima, logo de partida, julga necessário “record[ar] uns mínimos detalhes que assinalam como a *questão da teoria* tem sido posta entre nós”, a saber:

- (1) O primeiro e inescapável é o artigo que a poeta Ana Cristina Cesar publicou no jornal *Opinião*, em 12 de dezembro de 1975, sob o título “Os professores contra a parede” [...]. Editado no meio da ditadura que durava desde 1964, o libelo convertia os que propunham o estudo da teoria em propaga-

dores da ordem oficial, associando-os portanto ao regime em voga (Costa Lima, 2022: s.p.).

- (2) O segundo dado será rápido e manifestado de modo impreciso: quem conheça o funcionamento dos nossos departamentos de letras saberá tanto que o ensino da teoria é bem parco, até porque se dirige a alunos que foram mal formados, quanto que ele tende a ser mais restringido, como uma espécie de mal que se procura coibir (Costa Lima, 2022: s.p.).

Logo na sequência, observa o autor:

Considerando os dados evocados, posso acrescentar que a situação apresentada pelo ensaio de Nabil Araújo é bem mais promissora. Isso mesmo porque a exposição geral de minha teorização é correta, desde que dela se exclua a discordância inevitável”. (*ibidem*: s.p.)

Antes, contudo, de chegar à “discordância inevitável”, Costa Lima faz o seguinte esclarecimento a propósito de minha leitura de sua teorização sobre o romance:

Para Nabil Araújo (NA), o que chamo de “*mimesis* da representação” derivaria do pensamento hegeliano. Não digo que a afirmação esteja errada, mas sim – o que NA parece subentender – que ela estaria aí formulada ou ao menos bem delineada. Antes diria que a proximidade maior se encontraria nas teorias da história derivadas e coerentes com o princípio de L. von Ranke: a escrita da história visaria destacar o passado “como foi propriamente” (“*wie es eigentlich gewesen*”). Muito menos é aceitável que a espécie oposta, a “*mimesis* da produção”, tenha sido formulada ou sequer esboçada por Bakhtin, que, conforme as traduções que dele conheço, nunca se preocupou com a *mimesis*. [...] Os nomes de Hegel e Bakhtin deveriam ser evitados em tal consideração

porque os fenômenos analisados, não tendo sido tratados por eles, o leitor é levado a pensar que o tivessem sido. (*ibidem*: s.p.)

Apesar da ressalva feita pelo autor em relação a tais observações – “O parágrafo anterior visa apenas evitar possíveis equívocos. Estes, embora afetem a construção teórica em exame, não constituem objeções sérias” (*ibidem*: s.p.) –, julgo pertinente destacar aqui, também no sentido de “evitar possíveis equívocos”, que em nenhum momento afirmo no artigo de 2020 que os conceitos costalimianos de “mímesis da representação” e de “mímesis da produção” *sejam derivados*, respectivamente, da estética hegeliana e da estética bakhtiniana, e sim que, na apresentação feita por Costa Lima das referidas estéticas, ou teorias do romance, elas pareceriam encarnar as referidas concepções de mímesis.¹

Voltando-se, então, para o que seriam “objeções sérias” em relação ao meu texto, Costa Lima (*ibidem*: s.p.) afirma: “Darei um passo nessa direção ao atentar para o seguinte: conforme NA, minha teoria do ‘controle do imaginário’ e dos ‘gêneros discursivos’ corresponderiam a *tipos ideais*, algo semelhante a nuvens bem-aventuradas, que haveriam de ser corrigidas para que não nos tornássemos prisioneiros de uma teoria idealista”; para comprová-lo, cita, então, a seguinte conclusão de minha análise de sua teorização do romance:

Esta forma romanesca imaculada remontaria, assim, ao trabalho do romancista não submetido a nenhum tipo de “controle do imaginário”, isto é, a nenhum “entrave institucional” que o tornasse suscetível às expectativas e as reações do público leitor ou às exigências e às interven-

¹ Para a devida apreciação da aproximação que faço nesse sentido, remeto, quem quer que se interesse pelo assunto, à leitura de meu artigo na íntegra.

ções editoriais sobre sua obra. No limite, isto equivale a identificar idealisticamente a essência do gênero romanesco a uma instância autoral ou enunciativa isenta de qualquer constrangimento socioinstitucional, o que, evidentemente, de um ponto de vista empírico, é um equívoco. (Araújo, 2020: 84)

Adiando a explicitação “do que leva NA a semelhante entendimento”, Costa Lima optará por “ressaltar uma afirmação geral do autor sobre a teorização, que não deve passar sem destaque”, evocando, então, meu alinhamento com a asserção de Franco Moretti sobre as grandes teorias do romance de que elas “reduziram o romance a *uma* só forma de base (o realismo, o *romance*, o dialogismo, o meta-romance...)” (Moretti *apud* Araújo, 2020: 77). Costa Lima (2022: s. p.) replica ser “aceitável dizer-se que não só as teorias do romance, mas as teorias em geral reduzem o objeto indagado a algo próximo de uma só forma, aquela que a própria teoria exalta”, advertindo:

Mas, justamente por sabê-lo, reconheço que a história se impõe ao estudo das modalidades de conhecimento. Quem não sabe que mesmo as ciências declaradas exatas têm uma história? E que faz a história senão apresentar formas cognoscíveis antes ignoradas, se não desprezadas? O que vale dizer, a teorização está à beira de um abismo se seu praticante não entender que sua formulação se integra em uma história; que suas afirmações estarão pois sujeitas a ser confrontadas e contrapostas. [...] Fiz questão de acentuar os limites de uma teoria, ou seja, de assinalar que toda teoria deve estar atenta a seu posicionamento histórico, além de saber que será a própria história a responsável por sua maior ou menor durabilidade. (*ibidem*: s. p.)

Bem entendido, o recurso à história, a atenção ao “posicionamento histórico” da teoria costalimiana do romance a redimiria daquele *reducionismo* admitido pelo próprio Costa Lima – na medida mesma em que redutoras, segundo o autor, seriam “não só as teorias do romance, mas as teorias em geral” –, o que tornaria, ademais, sem objeto, a minha objeção a ela.

Mas o que justificaria, afinal, uma crítica como a minha à teoria de Costa Lima, a lhe objetar algo inerente a toda e qualquer teoria, se não uma irremediável aversão à teoria *tout court*? Com efeito, em face da questão que levantará à guisa de conclusão – “se o autor soube bem penetrar na exposição geral do que escrevi, por que teve de divergir tão radicalmente?” –, Costa Lima responde: “Creio que, em termos fundamentais, porque Nabil Araújo permanece na linha de frente contra a teoria”.

Atando, então, sua conclusão, à evocação inicialmente feita ao longínquo texto de Ana Cristina Cesar, o autor esclarece: “É claro que não digo que seus argumentos sejam elementares como os que destaquei no princípio deste artigo”, para então sentenciar, grandiloquentemente, a propósito da aversão à teoria que ora me atribui: “continuando aferrados à crença no imprevisível, podemos permanecer confortáveis na defesa de um cotidiano contra a *inventio* da teoria. Provavelmente, essa é a razão porque o teórico, entre nós, é um fenômeno rarefeito” (*ibidem*: s.p.).

3

Em “Quem tem medo da teoria?”, texto publicado no jornal *Opinião* em 21 de novembro de 1975, Costa Lima parte do seguinte diagnóstico:

A obra dos críticos que, de 50 a 70, mais se destacaram é assinalada por seus resultados práticos, pela informação metodológica que antes

se desconhecia, por formulações mesmo excelentes, como se dá com A. Candido e Haroldo de Campos, mas não pela contribuição propriamente teórica, à qual explícita ou sistematicamente pouco se dedicaram. Assim, analisado sob a escala da ruptura, o pensamento crítico brasileiro se manteve mais próximo do quadro tradicional do que o todo da criação literária. O salto que não se deu apenas hoje *se prepara*. Ele depende de, já não se confundindo atividade analítica com o comentário desta ou daquela obra, desenvolver-se o pensamento crítico até a dimensão da teorização sobre a própria literatura, tomada como um discurso entre outros. (Costa Lima, 1975b: 24)

E a aversão ao referido “salto” para a teoria, Costa Lima a definirá, na ocasião, nos termos de uma aversão irracional à ciência, comparável à que condenou Galileu Galilei. “A ciência, a reflexão teórica não substituem coisas e objetos, mas lhes acrescentam outras dimensões. Ninguém está obrigado a interessar-se por elas. Mas quem tenciona ridicularizá-las? O processo contra Galileu oferecerá um início de resposta”, afirma, então, o autor, concluindo: “O que teremos tão fortemente contra isso, a ponto de negarmos *a priori* a possibilidade de conhecimento científico da poesia? Outra vez nos lembramos de Galileu” (*ibidem*: 24).

Na edição de 28 de novembro de 1975 do mesmo jornal, Carlos Nelson Coutinho, em resposta provocativamente intitulada “Há alguma teoria com medo da prática?”, desqualificará a comparação de Costa Lima. Quando Costa Lima invoca a ‘teoria’ contra os seus pretensos inimigos, dá ao leitor a impressão de que o grande problema cultural que enfrentamos hoje é um inusitado surto de irracionalismo”, diz, então, o autor, arrematando: “Até mesmo Galileu – um Galileu agora ‘literocêntrico’ – é invocado contra esses novos Torquemadas do impressionismo ideológico”. (Coutinho, 1975: 19)

O problema, que teria sido mal colocado por Costa Lima, “não é saber quem tem medo da teoria”, mas “saber qual das teorias em disputa, *enquanto teoria*, tem medo da prática”, provoca Coutinho (*ibidem*: 19), concluindo:

o fato de que Costa Lima, o principal representante da corrente estruturalista, coloque-se hoje numa evidente posição defensiva e busque justificar *sua* teoria identificando-a com *a* teoria em geral, esse fato indica que aquele monopólio foi quebrado, que a discussão e o debate voltam a se manifestar. O aprofundamento e a institucionalização desse debate, porém, não vão depender diretamente do êxito de nenhuma teoria literária, seja a dos formalistas russos, a de Lévi-Strauss ou a de Lukács. Esse lembrete não me parece inútil: talvez ele sirva para mostrar onde podem unir-se pessoas irremediavelmente desunidas no estrito campo da teoria da literatura. (Coutinho, 1975: 19)

Na mesma edição do *Opinião*, num texto jocosamente intitulado “Bota na conta do Galileu, se ele não pagar nem eu”, Antônio Carlos de Brito, o Cacaso, observará que Costa Lima “se preocupa em discutir exclusivamente a importância isolada da teoria enquanto tal (na verdade, a *sua* teoria), silenciando sobre suas componentes institucionais” (Brito, 1975: 20), para então advertir: “Não se trata de atacar e negar a teoria enquanto tal [...], mas sim de se problematizar determinadas formas de se conceber e praticar a atividade teórica, além da pesquisa indispensável de seus nexos vivos”. (*ibidem*: 20)

Na edição de 12 de dezembro de 1975 do *Opinião*, aparecerá, finalmente, o texto de Ana Cristina Cesar intitulado “Os professores contra a parede”. “Segundo algumas interpretações, trata-se de um conflito entre a Razão e o Irracionalismo, entre a Ciência e a Ideologia, entre as Luzes e as Trevas”, pondera a autora, prosseguindo: “Ou, para ser mais metafórico ainda, entre Galileu e a Santa Inqui-

sição: de um lado estariam os opositores da reflexão teórica, os que negam a possibilidade de se pensar a literatura teoricamente, e de outro os que defendem essa possibilidade”. (Cesar, 1975: 20)

Também ela insistirá que o problema teria sido mal colocado por Costa Lima. “Tomar partido no debate *teoria x não teoria* não é embarcar para o inferno ou para o paraíso mas numa canoa furada. [...] O libelo contra a ‘teoria’ não deve ser considerado no seu aspecto irracionalista mas sim como uma reação a uma *forma de impor*”, adverte a autora, explicando: “Não se trata de rejeitar a possibilidade de produção teórica, ou um determinado tipo de produção teórica, mas de *politizar as ‘teorias’*, indicando seus usos repressivos e recusando uma discussão puramente epistemológica” (*ibidem*: 20); e ainda: “apontar o uso exclusivo de uma determinada abordagem que se diz mais científica ou verdadeira em detrimento de outras que são marginalizadas”.

Com vistas a tal exclusivismo, a essa “afirmação de uma determinada teoria como a Teoria”, Cesar denunciara “uma outra dimensão na relação docente, que é o *terrorismo*”. (*ibidem*: 20)

A tréplica de Luiz Costa Lima será publicada na edição de 26 de dezembro de 1975 do *Opinião* com o título de “O bloco do eu sozinho”. Nela, Costa Lima lamenta que seus críticos identifiquem sua defesa da teoria como “uma defesa da *minha* teoria”, e responde:

Aceito entretanto a luva que me lançam e me proponho a defender por um instante a minha teorização. Não o estruturalismo, pois o nome inclui as coisas mais díspares, mas sim o pensamento que venho elaborando desde o *Estruturalismo e Teoria da Literatura* (1973). (Costa Lima, 1975a: 23)

No cerne dessa defesa, o autor esclarece: “Creio mesmo que um dos grandes desafios à teoria da literatura consiste de contri-

buir para uma tipologia dos discursos, que possa prever o lugar do literário e suas passagens para outras formações discursivas”; e ainda: “A posição de CNC [Carlos Nelson Coutinho] por certo não poderia ser a minha, pois remete a uma teoria *sobre a* e não *da* literatura”. (*ibidem*: 23)

4

Em havendo, portanto, como quer Costa Lima, uma “questão da teoria” no Brasil, avultada por ocasião da polêmica do estruturalismo nos anos de 1970, uma consulta minimamente atenta aos textos que compuseram o debate do jornal *Opinião* simplesmente desautoriza a identificação dos posicionamentos críticos a Costa Lima com a formação de uma suposta “linha de frente contra a teoria”.

Ora, o mínimo denominador comum entre tais posicionamentos era obviamente outro que não uma mera negação da teoria da literatura: “segundo a voz comum de Carlos Nelson Coutinho e Antônio Carlos de Brito [e Ana Cristina Cesar, poder-se-ia acrescentar], meu artigo ‘Quem tem medo da teoria?’ (*Opinião* n.º 159) seria, na verdade, uma defesa da *minha* teoria”, observa, com efeito, Costa Lima (1975a: 23).

Mais do que isso, os três críticos se voltam, em uníssono, contra a tentativa costalimiana de: “justificar *sua* teoria identificando-a com *a* teoria em geral” (Coutinho, 1975: 19); “discutir exclusivamente a importância isolada da teoria enquanto tal (na verdade, a *sua* teoria), silenciando sobre suas componentes institucionais” (Brito, 1975: 20); “apontar o uso exclusivo de uma determinada abordagem que se diz mais científica ou verdadeira em detrimento de outras que são marginalizadas”. (Cesar, 1975: 20)

Em suma, calcado na “afirmação de uma determinada teoria como a Teoria” (*ibidem*: 20), Costa Lima buscava projetar sobre um campo

intrinsecamente heterogêneo uma falsa homogeneidade, a qual só se sustentaria por força de um “terrorismo” docente (*ibidem*: 20).

Mas que heterogeneidade, afinal, a concepção costalimiana de “Teoria” buscaria obliterar em nome de uma homogeneidade inexistente?

Voltemos à definição inicial do “salto” teórico com que então sonhava Costa Lima, e que ele dizia estar em preparação: “Ele depende de, já não se confundindo atividade analítica com o comentário desta ou daquela obra, desenvolver-se o pensamento crítico até a dimensão da teorização sobre a própria literatura, tomada como um discurso entre outros” (Costa Lima, 1975b: 24).

Bem entendido, a teoria da literatura como “teorização sobre a própria literatura, tomada como um discurso entre outros” não apenas não se confunde, mas claramente se afasta ou se contrapõe à atividade de “comentário desta ou daquela obra”, isto é, à crítica literária, inclusive, ou sobretudo, poder-se-ia inferir, em sua feição judicativa. Ana Cristina Cesar parece intuir esse ponto quando defende ser necessário rejeitar “a pretensão de banir da crítica literária o elemento apreciativo e ideológico [...], negando agora em outro nível o mito da neutralidade ideológica do intelectual e das suas produções”. (Cesar, 1975: 23)

Num texto intitulado “O sequestro da crítica na teoria literária (à) brasileira” (Araújo, 2016), ao qual remeto aqui quem se interessa pelo assunto, fiz uma reconstituição do percurso do “questionamento da crítica literária” na obra de Luiz Costa Lima, de uma tentativa inicial de racionalizar o caráter judicativo da crítica pela incidência de “cadeias argumentativas” até o seu descarte completo como atividade incontornavelmente normativa. Procurei mostrar, além do mais, que o descarte da crítica pela atividade teórica nos estudos literários consistiria também, em Costa Lima, no descarte de uma *outra*

concepção de teoria da literatura, que não apenas não deslegitimaria a atividade crítica, mas se colocaria a serviço dela.

Cacaso (Brito, 1975: 20) evoca essa concepção alternativa ao citar uma então recente entrevista, significativamente intitulada “Sobre o trabalho teórico” (1974), concedida por Antonio Candido à revista *Trans/Form/Ação*, na qual, quando perguntado se a teoria literária poderia adquirir um estatuto científico, Candido responde:

Em nossos dias ela se orienta neste sentido, porque está tentando descobrir a coerência rigorosa dos sistemas referidos há pouco. [...] Na literatura (à luz dos nossos conhecimentos atuais) só se pode falar em sistema metaforicamente. Seja como for, o certo é que a *tendência* geral é dar estatuto científico à Teoria Literária, por meio de injeções de Linguística e Semiótica. No caso, a minha visão é um pouco diferente, porque não sou teórico da literatura, mas um crítico literário que ensina Teoria. Por isso, tendo a ver esta como auxiliar da crítica; quase como uma teoria da análise. (Candido, 1974: 17-18)

Ora, essa visão da teoria da literatura como “auxiliar da crítica”, como “teoria da análise [crítica]”, coaduna-se perfeitamente com a visão, já clássica àquela altura, da teoria da literatura como “órganon de métodos” para a crítica literária (Wellek & Warren), endossada no Brasil também por Afrânio Coutinho, ex-aluno de René Wellek nos Estados Unidos. Ela será explicitamente expurgada por Costa Lima na versão expandida de “Quem tem medo da teoria?” publicada no mesmo ano na *Revista Vozes*, mais tarde recolhida em livro:

[...] embora as obras de Afrânio Coutinho, Antonio Candido e Haroldo de Campos [...] apresentem resultados e preocupações metodológicas sem paralelo com a crítica que se desenvolvera de Sílvia Romero a Álvaro Lins, sua novidade está na frente metodológica que abrem e não

na discussão especificamente teórica. Para que se entenda o argumento necessitamos ter bem presente que metodologia não se confunde com teoria. Não há por certo uma sem a outra, mas podemos desenvolver um argumento metodológico ou deixando implícito seu embasamento teórico – como é frequente em Candido – ou o explicitando por repetições do já escrito – o caso em A. Coutinho – ou ainda por desenvolvimentos assistemáticos – a exemplo do que sucede em Haroldo de Campos. Não dizemos portanto que o pensamento crítico permaneceu parado, mas sim que, numa escala de ruptura, ele se manteve mais próximo da situação tradicional que o todo da criação literária. (Costa Lima, 1981:194)

Apesar de sua clara preferência por essa visão “metodológica” da teoria da literatura, Afrânio Coutinho defenderá, ainda no auge do debate do estruturalismo, sua convivência, nos currículos de Letras, com a outra concepção, à qual considerava uma espécie de “filosofia da literatura”: a primeira funcionaria como uma “propedêutica”, a segunda, como “cúpula” (cf. Coutinho, 1976; Araújo, 2016). Nesse sentido, pode-se dizer que Coutinho reverberou, no Brasil, a defesa da coexistência de “poética” e “crítica” nos estudos literários, encampada na França por um Tzvetan Todorov, e com a qual nunca compactuou Luiz Costa Lima, cujo posicionamento a esse respeito pode ser aproximado da postura exclusivista do Roman Jakobson de “Linguistics and Poetics” (1960) (cf. Araújo, 2016).

Recoliquemos, aqui, portanto, a “questão da teoria”: qual é, afinal, a questão de que se ocupa (ou deveria se ocupar) a teoria da literatura? (Como campo de estudos e de pesquisa, mas também de ensino; como pretensa disciplina na área de Letras).

A resposta de Luiz Costa Lima enquadra-se numa tradição teórica que remonta ao formalismo russo e ao estruturalismo, e que se revestirá de outros aportes e perspectivas, mantendo o núcleo básico de preocupações, com a chamada “Estética do efeito e da recepção”,

com a qual dialogará estreitamente o teórico brasileiro a partir do final dos anos de 1970: “Creio mesmo que um dos grandes desafios à teoria da literatura consiste de contribuir para uma tipologia dos discursos, que possa prever o lugar do literário e suas passagens para outras formações discursivas” (Costa Lima, 1975a: 23).

A resposta de Antonio Candido e, sobretudo, a de Afrânio Coutinho enquadram-se, antes, numa tradição que remonta ao *New Criticism* anglo-americano, na medida mesma em que o movimento consolidará a visão “metodológica” da teoria da literatura como teoria da crítica literária ou “metacrítica” (A. Compagnon), calcada na distinção, desde então naturalizada no mundo anglófono, entre “Theoretical Criticism” (ou “Critical Theory”) e “Practical Criticism”.

Reitere-se, por fim, que, de um ponto de vista institucional, a postura conciliatória de Afrânio Coutinho (ou de T. Todorov) viria a calhar em vista daquela demanda por heterogeneidade na teoria da literatura apresentada pelos críticos de Costa Lima no debate de 1975.

Isto quanto à “questão da teoria”; mas haveria também o que se discutir sobre a validade das teorias, ou de uma determinada teoria, no âmbito da teoria da literatura, esta concebida seja como teoria da crítica, seja como Poética ou “filosofia da literatura”: não mais, portanto, a questão da teoria, e sim, dir-se-ia, *a teoria em questão*.

Em relação a isto, Costa Lima propõe, como vimos, uma espécie de teste da história para a teoria. Admitindo, em sua resposta a meu texto, o reducionismo de sua teoria do romance (de toda e qualquer teoria, ele diz), Costa Lima assevera: “a teorização está à beira de um abismo se seu praticante não entender que sua formulação se integra em uma história; que suas afirmações estarão pois sujeitas a ser confrontadas e contrapostas”. (2022: s. p.)

O que acredito ter demonstrado no artigo de 2020, contudo, é justamente que o referido teste da história falha quanto à teorização costalimiana do romance, na medida em que a “indagação empírica” do autor sobre o gênero em questão encontra-se viciada por sua própria definição teórica de “romance”, algo que Costa Lima compartilharia, ademais, com as teorias do romance em geral:

Ora, nesse sentido, a verdadeira “indagação empírica” acerca do romance só poderia mesmo ser aquela a respeito de como e em que termos, historicamente, os autores de narrativas formalmente inovadoras em face de uma dada tradição se esforçaram por fixar um conjunto de traços distintivos de um gênero narrativo pretensamente novo, dito “romanesco”, no qual se deveria, doravante, enquadrar as referidas narrativas. Indagar-se pela natureza de um determinado processo não equivale, evidentemente, a replicá-lo, muito pelo contrário, razão pela qual as teorias do romance, *todas elas*, constituem antes um obstáculo do que um estímulo ou um suporte à “indagação empírica” sobre o romance. (Araújo, 2020: 78)

A relação entre teoria e história (ou historiografia), a própria questão da historicidade da teoria são bastante mais complexas do que poderia levar a crer a proposição simplista da história como teste ou campo de prova da teoria. Sobre esse tópico importantíssimo, remeto os interessados ao meu *Além do paradigma (Sobre o legado de Thomas Kuhn)* (cf. Araújo, 2022), no qual abordo a questão a partir de uma discussão sobre o legado do maior nome da historiografia da ciência no século XX, autor caro ao próprio Costa Lima (trata-se, em suma, de uma reflexão sobre o tipo de historiografia que tem lugar em meu livro anterior: *Teoria da Literatura e História da Crítica: momentos decisivos* (cf. Araújo, 2020).

Permito-me, aliás, reenunciar aqui a dedicatória do referido livro sobre Kuhn, a qual poderia figurar como dedicatória também deste texto: “Para Luiz Costa Lima, além do paradigma”.

5

Por fim, e para sair, finalmente, da canoa furada do falso debate teoria x não teoria, gostaria de propor um programa mínimo de investigação em torno do binômio *a questão da teoria/a teoria em questão*, em chave a um só tempo retrospectiva, com vistas à história dos estudos literários no Brasil, e prospectiva, com vistas a perspectivas presentes e futuras de estudo e de ensino de literatura na educação brasileira, em nível básico e superior. Neste sentido, buscaríamos revisitar em chave crítica “momentos decisivos” da teoria da literatura no Brasil, a saber:

- (a) a cena de fundação da disciplina na década de 1950, na esteira da cruzada anti-impressionista e formalista levada a cabo por Afrânio Coutinho desde a década anterior;
- (b) a rivalidade, a partir da década de 1970, entre duas concepções de teoria da literatura: teoria da literatura como Poética ou “filosofia da literatura” (Luiz Costa Lima) e como “metodologia dos estudos literários” (Afrânio Coutinho, Antonio Candido);
- (c) a resistência à teoria professada pela historiografia e pela crítica literárias desenvolvidas em torno do conceito de “literatura brasileira”, num arco que vai dos críticos românticos à escola uspiana, capitaneada por Antonio Candido;
- (d) a pretensa transformação contemporânea da teoria da literatura em “Teoria” (Fabio Durão), gênero dito “heterogêneo” projetado a partir de certa concepção pós-estruturalista de uma textualidade estendida e transdisciplinar;

- (e) a pretensa superação contemporânea da teoria da literatura por um ensaísmo literário supostamente ateuórico em “tempos de pós-crítica” (Eneida Souza).

REFERÊNCIAS

- Araújo, Nabil (2022). *Além do paradigma (Sobre o legado de Thomas Kuhn)*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- (2020). “Luiz Costa Lima e a teoria do romance (Retorno à Poética)”. *O eixo e a roda*, 29.4: 65-97.
- (2016). “O sequestro da crítica na teoria literária (à) brasileira”, in Nabil Araújo (org.). *A crítica literária e a função da teoria: reflexão em quatro tempos* (pp. 35-55). Belo Horizonte: FALE/UFGM. Disponível em: <[http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/eventos/vivavoz/A crítica literária e a função da teoria.pdf](http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/eventos/vivavoz/A%20cr%C3%ADtica%20liter%C3%A1ria%20e%20a%20fun%C3%A7%C3%A3o%20da%20teoria.pdf)> Acesso em: 20 de dezembro de 2023.
- (2020). *Teoria da Literatura e História da Crítica: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Brito, Antônio Carlos de (1975). “Bota na conta do Galileu, se ele não pagar nem eu”. *Opinião*, 160: 19-20.
- Candido, Antonio (1974). “Sobre o trabalho teórico”. *Trans/Form/Ação*, 1: 9-23.
- Cesar, Ana Cristina (1975). “Os professores contra a parede”. *Opinião*, 162: 20-21.
- Costa Lima, Luiz (1975a). “O bloco do eu sozinho”. *Opinião*, 164: 23.
- (1975b). “Quem tem medo da teoria?”. *Opinião*, 159: 24.
- (1981). “Quem tem medo da teoria?”, in Luiz Costa Lima, *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria* (pp.193-198). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- (2022). “A questão da teoria”. *Fios do tempo/Ateliê de humanidades*, s. p. Disponível em: <<https://ateliêdehumanidades.com/2022/03/03/>>

fios-do-tempo-a-questao-da-teoria-por-luiz-costa-lima > Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

Coutinho, Afrânio (1976). *Notas de teoria literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Coutinho, Carlos Nelson (1975). “Há alguma teoria com medo da prática?”. *Opinião*, 160: 19.

Moriconi, Italo (1996). “A teoria na prática é outra”, in Italo Moriconi (ed.), *Ana Cristina Cesar: o sangue de uma poeta*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Souza, Eneida Maria de (1993). “Querelas da crítica”, in Eneida Maria de Souza, *Traço crítico: ensaios*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

— (2002). “Os livros de cabeceira da crítica”, in Eneida Maria de Souza. *Crítica cult*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Süssekind, Flora (1985). *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

